

ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amílcar Araujo. **História do movimento negro no Brasil**: constituição de acervo de entrevistas de história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. 15f.

Trabalho apresentado ao grupo temático "Identidade negra e reconhecimento" no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros "Pesquisa Social e Políticas de Ações Afirmativas", realizado na Universidade Federal do Maranhão. São Luis (MA), 6 a 10 de set. 2004.

História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral*

Verena Alberti (CPDOC / FGV)

Amílcar Araujo Pereira (CPDOC / FGV e UERJ)

O presente trabalho tem por finalidade apresentar os primeiros resultados do projeto de formação de um banco de entrevistas de história oral sobre a história do movimento negro no Brasil. Este projeto objetiva acrescentar ao universo do estudo sobre as relações raciais no Brasil um banco de entrevistas com lideranças negras; de um lado, para constituir um registro da trajetória e do desempenho destas lideranças em diferentes momentos de nossa história e, de outro, para trazer ao próprio debate sobre a questão racial no Brasil (ao longo da história e com vistas ao presente e ao futuro) a contribuição daqueles que optaram por atuar primordialmente nessa esfera.

A produção desse conjunto de fontes para o estudo da história do movimento negro no Brasil contribuirá para a preservação da memória de um movimento social de importância indubitável na formação da sociedade brasileira e poderá se tornar referência importante para a construção de identidades de diferentes grupos sociais (não apenas de afro-descendentes, mas dos próprios "brancos", que podem repensar sua identidade ao conhecer a história das lideranças negras).

O projeto está sendo desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (www.cpdoc.fgv.br) e conta com o apoio do South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, e do Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Já foram realizadas 13 entrevistas com lideranças do Rio de Janeiro e de São Paulo, totalizando 43 horas gravadas em áudio e em vídeo. De acordo com a metodologia

* Trabalho apresentado ao grupo temático "Identidade negra e reconhecimento" (coordenação de Márcio André, Ceris-RJ, e Silvane Magali Vale Nascimento, Neab-UFMA), durante o III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros "Pesquisa Social e Políticas de Ações Afirmativas", realizado em São Luís, na Universidade Federal do Maranhão, de 6 a 10 de setembro de 2004.

utilizada pelo Programa de História Oral do CPDOC, as entrevistas são conduzidas com vistas a perceber a relação entre a história social e a trajetória individual de cada entrevistado. Nesse sentido, a conversa inicia-se com perguntas sobre a infância e a socialização do entrevistado: onde e quando nasceu, origens familiares, primeiros estudos etc. Em seguida, procura-se acompanhar sua trajetória até a atuação no movimento negro, tentando observar as condições que o conduziram a essa escolha. Os marcos significativos para a formação e a consolidação do movimento negro são tratados na entrevista, tanto os que contaram com a participação direta do entrevistado como os que já fazem parte de uma “memória coletiva” do grupo. O conjunto de depoimentos contribui também para registrar a atuação de determinados personagens, recorrentemente lembrados, como é o caso de Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento, e para se perceber as redes de relação que se estabelecem no interior do movimento. Ou seja, não apenas fatos ou marcos, mas também pessoas e relações fazem parte desse objeto de estudo.

As entrevistas produzidas ao longo deste projeto são fontes preciosas para o estudo do movimento negro no Brasil a partir dos anos 1970. Através da narrativa dos entrevistados, atores e testemunhas desse processo, é possível conhecer diferentes formas de atuação e de mobilização levadas a cabo durante as últimas décadas, e que hoje são percebidas como importantes para a consolidação do movimento negro contemporâneo. As relações entre os vários grupos militantes, entre estes e outros movimentos sociais (notadamente os grupos de esquerda) e, finalmente, entre o movimento negro e as diferentes instâncias do poder público (o Estado, os estados e os municípios, por exemplo), também são assuntos largamente explorados nas entrevistas do projeto.

Em concordância com a proposta do grupo temático “Identidade negra e reconhecimento”, deter-nos-emos, no presente trabalho, especialmente sobre um aspecto que ressalta das entrevistas: a construção da identidade racial como negro. É bastante comum, nas narrativas de nossos entrevistados, que apareçam episódios considerados por eles como emblemáticos dentro de um processo de consciência da negritude. A metodologia da história oral tem essa característica especialmente interessante: a de permitir o conhecimento de realidades sociais através da narrativa de

histórias que cristalizam determinados significados sobre o passado.¹ São momentos especiais de uma entrevista, breves narrativas inseridas na grande narrativa de história de vida, que encerram uma riqueza tal, que se tornam especialmente “citáveis” para dar conta de determinadas realidades sociais. No caso das entrevistas do projeto “História do movimento negro no Brasil”, é interessante observar que muitas vezes os entrevistados têm clara consciência de que os episódios emblemáticos que nos contam têm um grande poder elucidativo, que permite a eles explicarem-se (a si e a sua militância no movimento negro) para nós.

Um trecho da entrevista de Carlos Alberto Medeiros pode ajudar a tornar clara essa consciência.² Natural do Rio Grande do Sul, sua mãe costumava visitar a família, em Porto Alegre, com o filho ainda pequeno. Essas viagens foram importantes para a formação de sua consciência racial e ele tem clareza de que o relato dessas experiências é importante para a entrevista e o nosso projeto:

Mas uma coisa que marcou e é *importante aqui para a nossa conversa* mais diretamente eram as viagens para o Rio Grande do Sul. (...) Eu até *estava pensando nessa experiência*, porque havia duas coisas que falavam sobre o Rio Grande do Sul: uma era o frio e a outra era o racismo. E eu tive experiências ambíguas com as duas coisas. Por quê? O frio, eu descobri que também podia ser uma coisa legal. Claro, bem agasalhado, se não estivesse chovendo, você podia curtir bem o friozinho. E a coisa do racismo como era? Era uma situação completamente diferente daqui, porque havia uma linha nítida de separação. Negros e brancos podiam conviver no trabalho, podiam até, de repente, torcer pelo mesmo time de futebol, mas o que as pessoas chamam de vida social, as festas, os clubes, eram absolutamente segregados. Ou seja, então eu não aprendi

¹ Ver, a esse respeito, Verena Alberti. *Ouvir contar* (Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004).

² Carlos Alberto Medeiros engajou-se no movimento negro desde a década de 1970, quando participou dos primeiros encontros promovidos pelo recém-criado Centro de Estudos Afro-Asiáticos e da fundação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) e do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), todos na cidade do Rio de Janeiro. Teve participação importante na articulação entre o movimento negro e as instâncias do poder público, na qualidade de chefe de gabinete da Secretaria de Estado Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras/RJ (Seafro), no segundo governo Leonel Brizola, durante a gestão de Abdias do Nascimento, de quem foi assessor no Senado Federal (1997-1999). Foi também membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, órgão do Ministério da Justiça (1995-1996). Subsecretário adjunto de Integração Racial na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania/RJ do governo Anthony Garotinho, foi um dos primeiros defensores das políticas de ação afirmativa no Brasil.

sobre segregação lendo alguma coisa sobre os Estados Unidos. Eu vivi a segregação. Você tinha os clubes de negros, como o Floresta Aurora, Marcílio Dias, Sociedade Prontidão, e nessas festas, tanto festas em casa quanto nos clubes, você não via brancos. Não eram freqüentadas por brancos, brancos não iam, não eram convidados, assim como os negros não iam aos clubes dos brancos, nem tampouco eram convidados. Não era por classe, era por raça. Porque mesmo na favela havia festas para negros e festas para brancos. Mesmo nos sindicatos. Então era absolutamente segregado. (...) Foi lá que eu comecei a identificar pessoas mais claras, com a pele mais clara, com a aparência menos negróide, como negras, porque elas estavam lá. Elas não podiam ir nas festas dos brancos. Ao mesmo tempo, eu descobri que, tal como o frio, aquilo também tinha um lado muito interessante porque eu me sentia muito bem naquelas festas, naqueles ambientes. Depois *reelaborando, você vai sempre reelaborando...* Uma coisa que estava clara, logo de cara, é que era um ambiente seguro no qual eu não seria discriminado. Mas era mais do que isso: era o lugar onde eu me sentia valorizado, onde a menina mexia comigo, onde eu tinha um tipo que eu não tinha nos lugares misturados. Porque [nos outros lugares] você tem essa situação: é misturado, mas há uma hierarquia. Está todo mundo no mesmo espaço, mas há uma hierarquia, há uma valorização diferente. (Entrevista gravada em 15/4/2004; grifos nossos)

Percebe-se que, em grande parte, esses episódios se tornam decisivos para a construção da identidade do entrevistado *a posteriori*, através da reflexão sobre seu significado. Na situação de entrevista, passados muitos anos desde os bailes em Porto Alegre, num momento em que a identidade de negro já está consolidada – e não só de negro, mas de liderança do movimento negro –, o entrevistado faz um esforço de recapitulação, elegendos os marcos de estruturação dessa identidade.

Mariléia Santiago também foi marcada pela experiência de viver no Rio Grande do Sul e salienta, como Carlos Alberto, que aquela sociedade não era “misturada”.³ Seu pai era militar e fora transferido para Porto Alegre.

³ Mariléia Santiago teve papel importante na reestruturação do Centro de Estudos Brasil-África (CEBA), em São Gonçalo, na década de 1980, e é fundadora e ex-presidente do Conselho de Entidades Negras do Interior do Rio de Janeiro (Cenierj), tendo organizado vários encontros de entidades negras do interior do

Quando a gente chega em Porto Alegre, aí começa o grande choque, porque lá é e não é. Não tem essa questão de ser... Como diz o outro aqui: “Você é moreninho de cabelo crespo.” Eles chamam você de negrito – chamavam, na época. Não tinha essa questão de dizer: “Não, eu sou branco...” Lá, se você realmente tivesse aquela característica negra, automaticamente você já era bem separado. No Sul, há essa questão muito forte, do colonizador estar ali presente, a questão européia, alemães, italianos... Então separava mesmo. Eu me lembro que tinham cidades lá como São Leopoldo, Novo Hamburgo, que eram cidades de alemães, e você ia visitar e estava lá a plaquinha, no mesmo clube: “Hoje, baile para morenos.” No final de semana era o baile dos brancos, e hoje... Era determinado, colocavam nas lojas aquilo: baile de morenos hoje. (Entrevista gravada em 11/12/2003)

A possibilidade de um “moreninho de cabelo crespo” não ser considerado negro ou não se considerar negro é outro assunto recorrente nas entrevistas. Trata-se de uma questão crucial na tomada de consciência da negritude. O episódio emblemático narrado por Frei David Raimundo Santos, por exemplo, é bastante revelador a esse respeito.⁴ Ele se dá no seminário franciscano, em Guaratinguetá, no qual ingressou aos 19 anos.

Entre em março, e em 13 de maio, a turma – nós éramos em trinta e tantos alunos seminaristas, a maioria de origem alemã e italiana, do Sul do Brasil –, inventaram de comemorar a Lei Áurea no refeitório ao meio-dia. O refeitório imenso, pegaram uma mesa, botaram no meio do refeitório e deram o toque de navio negreiro, e naquele dia os negros seminaristas deveriam sentar naquela mesa para almoçar e receber uma homenagem, uma brincadeirinha que eles iam

estado do Rio de Janeiro. Em 1999 assumiu o cargo de coordenadora de Escolas Diferenciadas da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, sendo responsável pelas escolas de comunidades remanescentes de quilombos, de aldeias indígenas e de presídios.

⁴ Frei David Raimundo Santos participou da formação dos Agentes Pastorais Negros e do Grupo União e Consciência Negra, fundado nos anos 1980. Em 1994 foi eleito para compor a Secretaria Executiva Latino-Americana da Pastoral Afro-Latino Americana e Caribenha. Foi um dos idealizadores do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), criado em 1992, e é fundador do Educafro, que conta com mais de 160 núcleos, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Participou da coordenação da Coleção Negros em Libertação, da Editora Vozes.

fazer com os negros. E como eu nunca me imaginei negro, sempre me vi como alguém “queimadinho da praia”, das praias capixabas e não muito mais do que isso, alguém que... “Eu sou moreno porque eu sou mais de praia e ponto final!” Não assumia minha negritude. E então, frente a esse fato, criou-se um clima muito difícil. Na verdade, eu nem puxei para mim a missão de sentar naquela mesa do meio. Sentei normalmente nas mesas laterais como os demais brancos. E na hora da brincadeira alguém gritou: “Êpa, tem uma cadeira vazia. Falta alguém. É o David.” Então foi lá meia dúzia de alemães me puxar pelas pernas, pelos braços e me botar na cadeira, no meio da mesa. Eu disse: “Pera aí. Vocês estão me ofendendo publicamente. Vocês estão me agredindo, estão me chamando de negro diante de todo mundo. Isso é agressão. Não aceito uma coisa dessas.” E assim que me soltaram no meio daquela mesa eu enfiei a mão na jarra de água, derrubei uns dois copos, quebrei algumas coisas e saí, fui embora para o meu quarto para arrumar a mala e vir embora. (Entrevista gravada em 11/5/2004)

Frei David conta que o frei responsável pelo seminário não deixou que fosse embora sem antes conversar com ele. Ele teve um papel muito importante na “conversão” (a expressão é nossa) de Frei David para sua “negritude” – tanto que é chamado de “formador” por nosso entrevistado: “E ali teve um formador que foi um cara muito estratégico, um cara muito capaz, muito bem preparado.” Este “formador” chamou-o para uma conversa após o jantar e disse: “Você tem aí a foto de sua mãe?”

Eu disse: “Tenho sim.” Enfiei a mão na carteira, peguei a foto da mãe e mostrei para ele. Mãe branca, e ele olhou: “Ué, sua mãe é branca?” Eu disse: “Lógico, eu sou branco, minha mãe tem que ser branca.” (...) “Tem uma foto do seu pai?” Eu disse: “É, frei, ter, eu tenho, mas está lá na mala.” “Vai lá buscar.” Eu disse: “Mas a mala já está fechada e eu estou pronto para ir embora...” Ele disse: “Mas, vai lá. Você vai embora, eu quero conhecer pelo menos o seu pai de foto.” Eu vou lá, muito chateado com essa história de buscar a foto do pai. Eu abro a mala, pego lá no fundo da mala a foto dele e trago. E todo humilhado, abro e mostro para ele a foto do pai. E ele vai e diz: “Seu pai é negro!” Aí deu um choque

geral. Parado, nem saí do lugar, nem para frente, nem para trás, nem baixava... Ele foi lá, pegou um copo d'água e tome água e senta... “O que está acontecendo?” Eu não conseguia falar, e ele disse: “Olha, você sofre de uma doença grave de que você não é culpado.” “Eu? Doença?” Ele disse: “É. Você sofre de uma doença perigosíssima, contagiante, você pegou essa doença, você não é culpado e chama-se ‘ideologia do embranquecimento’. E só você tem o remédio para derrubar essa doença fora. Se você não trabalhar, não atacar essa doença, vai te estragar todo e você vai ser uma pessoa sempre sofrida.” Eu disse: “E como é essa doença?” Ele falou: “Essa doença leva a pessoa a rejeitar seu povo, sua raça, sua etnia.” Ele apontou para ele: “Eu, alemão, leio livro em alemão sobre meu povo toda semana. Tudo ligado à Alemanha eu estou lendo, estudando minha cultura, meu povo... estou alimentando e mantendo. E você faz isso?” “Não senhor. Eu nunca li um livro sobre o negro.”

E aquilo ali começou a me despertar uma questão estranha: “Puxa vida, meu pai é negão, nunca falou nada sobre o negro para mim.” Aí comecei a fazer a releitura, voltar na história: “Meu pai praticamente neutralizou os filhos dele da família dele, dos irmãos dele, dos pais dele.” Ou seja, nós todos nascemos sem conhecer a família dele. E ele nos colava o máximo possível à família da minha mãe: brancos. (...) Então ali eu comecei a entender como é que se desenvolvia em nós, em mim e em meus irmãos, a consciência de rejeição da questão racial. (...) E ali, em 76, começou a nascer o despertar da consciência racial, a leitura crítica das relações raciais no Brasil e o quanto isso estava muito mal resolvido, o quanto isso era uma fonte de estrago de vida, porque, puxa vida, o bonito é a pessoa se amar conforme Deus a criou. E se eu vivia aquilo, comecei a me perguntar: “Como é que vivem os demais negros?” (Idem)

Percebe-se, como na narrativa de Carlos Alberto Medeiros, que Frei David elege este momento crucial como marco de construção de sua identidade, ou, como diz o entrevistado, do “despertar da [sua] consciência racial”.

No conjunto das entrevistas já realizadas, é possível observar que os episódios de tomada de consciência da negritude se dão em diferentes contextos e com

motivações diversas. Mariléia Santiago também faz referência a uma personagem importante, cuja atuação só se tornou clara, para ela, alguns anos depois. Trata-se de uma irmã do colégio que frequentou em Porto Alegre.

Uma coisa, em termos da minha militância hoje, que eu olho, é como eu aprendi dentro dessa escola com essas irmãs francesas. Porque, no primário, tinha a questão da gente estar sempre falando poesias. Todo final de mês a gente declamava. E tinha uma irmã, a irmã Plácida, ela sempre tinha a preocupação comigo de – eu nunca entendi, *vou entender agora, muitos anos depois* – de estar sempre me colocando em evidência. Claro que eu era a única menina negra da escola toda. Eu me lembro que essa irmã (...) colocava sempre alguma poesia com a questão da conscientização, e eu nunca conseguia... Uma das primeiras poesias que ela me ensinou... (...) Eu guardo essas duas quadrinhas com muita emoção: “Sou pequena e pretinha, bonitinha como a flor. Tenho pose, sou galante e gosto da minha cor. Eu acordo bem cedinho para a escola eu ir, encontrando a minha espera Sônia, Maria e Nadir.” Eu me lembro que ela deveria ter umas dez estrofes, mas essas duas me marcaram muito.(...) Outra coisa também, como era uma escola católica, claro que tinha a coroação da Nossa Senhora. (...) Naquele ano ela disse: “Esse ano não vai ter anjo. Esse ano são pastorinhas.” E ela me colocou, era aquele grupo de meninas que íamos para a igreja, para ficar em volta da Nossa Senhora com aquele terço todo, que faziam de papel crepom, eu acredito, na época. E ela colocou as pastorinhas para cantar, em cada intervalo do terço, a gente cantava uma trovinha. (...) E era aquela questão ainda de cantar em latim. Então era uma coisa muito importante. E ela me marcou muito, *hoje*, porque ela disse: “Esse ano vai ser saia estampada com a blusinha branca, e todo mundo com uma cestinha jogando flores...” Ela mudou tudo, e a igreja não podia falar nada, porque eram as pastorinhas, e as pastorinhas poderiam, na época, ter uma negra. (Entrevista gravada em 11/12/2003; grifos nossos)

Mais uma vez é possível perceber como a construção da consciência racial é um processo sobre o qual se reflete *a posteriori*: a irmã Plácida marca a entrevistada “hoje”, “muitos anos depois”, quando é possível entender, em retrospecto, sua ação.

Ivanir dos Santos destaca igualmente a atuação daquilo que poderíamos chamar de “auxiliar” no processo de tomada de consciência da negritude, para o qual ele usa a mesma expressão que Frei David: o despertar da consciência racial.⁵

Tive uma pessoa muito importante dentro da minha vida, que era um professor de música meu. Foi com ele que eu comecei a compreender um pouco... Ele tinha trabalhado com o João Goulart, estava lá justamente por conta da perseguição política, aí arrumaram um emprego para ele lá na Funabem. (...) Ele era casado com uma negra. E com esse homem eu aprendi duas coisas: primeiro, foi o despertar da consciência racial, não da consciência política, mas do problema, porque ele protegia os negros da banda, o outro [professor] protegia os brancos. (...) E ao mesmo tempo ele dizia o seguinte: “Vocês tem que ser os melhores, porque a cor não ajuda.” Era assim que ele tratava da questão racial. Sempre ouvi isso: “Vocês tem que ser os melhores...” É o tipo do discurso de famílias conservadoras, pobres e negras: “A cor não ajuda.” Sei que o que ele queria dizer para mim era o seguinte: “Pelo fato de ser negro, você não encontra facilidades na sociedade. Vocês têm que ser os melhores.” Ele foi um cara importante na minha vida, por isso. (Entrevista gravada em 1/12/2003)

Note-se que essa pessoa que marcou Ivanir dos Santos é também objeto de uma avaliação distanciada, *a posteriori*: ainda que tenha despertado os músicos negros para a questão racial, tinha o discurso conservador que dizia “a cor não ajuda”. O primeiro passo dado por Ivanir em direção à consciência da negritude teve de ser aprimorado,

⁵ Carlos Alberto Ivanir dos Santos foi criado no Sistema de Atendimento ao Menor (SAM), e mais tarde na Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (Funabem). Fundou a Associação dos Ex-alunos da Funabem (ASSEAF), em 1980, e o Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP), em 1989. Participou da comissão de organização do I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen), em 1991, e da coordenação executiva da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo pela Cidadania e a Vida, em 1995. Foi ainda subsecretário estadual de Direitos Humanos e Cidadania durante o governo Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro.

mais tarde, quando percebeu que o discurso daquele professor era conservador. Por mais que possamos identificar momentos decisivos, ou episódios emblemáticos, na tomada de consciência da negritude, não podemos esquecer que a identidade deles resultante jamais será fixa, estando sujeita a mudanças, conforme surjam outros momentos decisivos ou reflexões a respeito da experiência vivida – no caso de nossos entrevistados, reflexões informadas pelo engajamento no movimento negro.

Além de professores, seminaristas ou freiras, a figura que estamos chamando aqui de “auxiliar” que “conduz” o entrevistado em direção a uma maior consciência racial pode pertencer ao próprio movimento negro. Nesse caso, ela se torna uma referência de atuação, ultrapassando a função de “auxiliar”. Em algumas de nossas entrevistas, especialmente nas realizadas com lideranças do movimento de mulheres negras, Lélia Gonzalez aparece como responsável pela “conversão” (a palavra é nossa) de futuras lideranças à causa negra. Na entrevista de Jurema Batista, esse papel exercido por lideranças negras fica bastante evidente.⁶

Um dia ia ter um debate aqui na Faculdade Santa Úrsula e nós tínhamos o Centro Acadêmico de História chamado Luís Gama, que era um pessoal até da Bahia, negros da Bahia que dirigiam o Centro, o C.A. de História. (...) Aí me convidaram para um debate, e eu falei: “Eu?” Disseram: “É, para esse negócio de negro...” Eu falei: “Eu? Não quero saber disso. Está ficando maluco?” Eles disseram: “Porque tem racismo no Brasil...” Eu falei: “Que racismo? Onde é que vocês inventaram esse negócio? Era só o que faltava. Vocês estão trazendo coisas dos Estados Unidos para cá. Não tem esse negócio aqui não, só na África do Sul.” E aí eles ficaram insistindo, insistindo para eu ir lá. (...) Daqui a pouco entra um “rastafari” na minha sala: “Vamos lá que a gente está te esperando.” (...) Aí eu fui para o debate a laço. [riso] Cheguei lá, quem estava na mesa? Carlos Alberto Medeiros, Lélia Gonzalez e esse rapaz que depois veio a ser meu assessor, ele foi até assassinado, Hermógenes. (...) Aí cheguei lá com o Carlos Alberto Medeiros falando daquela forma

⁶ Jurema Batista participou da fundação do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras; foi três vezes eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro (1992-2002) e em dois mandatos foi presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Municipal. Atualmente é deputada estadual no Rio de Janeiro (2002-).

com a qual ele falava, ainda por cima era muito bonito, na época, muito rapazinho. E a Lélia lá falando daquele jeito que ela falava, maravilhosa. (...) Aquela forma contundente com que ela falava, apaixonada. Mas eu briguei emocionalmente com ela. Eu falei: “Essa mulher está ficando doida. Onde é que essa mulher arrumou isso?” Foi muita resistência, mas, ao mesmo tempo, alguma coisa ela falou que tocou tão profundamente... (...) E eu sabia assim: “Lélia Gonzalez vai estar fazendo palestra não sei onde...” Eu ia. Comecei a ir onde eu sabia que ela estava e ficava ouvindo, aí entendi tudo. Foi exatamente nesse momento que eu tomei consciência da questão racial. Eu fiquei muito brava, muito brava... Era uma “militante pitbull”, entendeu? Porque eu fiquei com muita raiva. *Depois eu entendi isso, no processo psicanalítico, inclusive.* Porque eu fui enganada a vida inteira. A vida inteira eu bebi na tal estória de que no Brasil não tinha racismo. (Entrevista gravada em 26/4/2004; grifo nosso)

Mais uma vez, fica claro como a construção de uma identidade negra passa por um processo de elaboração das experiências “de conversão”.

Um outro contexto no qual esse “despertar para a consciência racial” se dá é o espaço familiar. Muitas vezes, a fala dos mais velhos tem o sentido de avisar as crianças de que há discriminação racial contra a qual é necessário se defender. Lúcia Xavier, por exemplo, identifica na mãe e na avó a motivação para sua atuação de luta contra a discriminação.⁷

Pergunta – E como foi se formando a sua direção para o movimento negro, ou para alguma atuação em relação à discriminação, como é que você foi se direcionando?

Resposta – Minha mãe, como minha avó, também tinha uma consciência racial muito forte. Ela que dizia que a gente era negro, que sofria discriminação porque era negro, contava as histórias, remontava às histórias do candomblé para nós, dessa origem. Ela que dava os livros

⁷ Lúcia Xavier participou como militante do IPCN, fundado em 1975, e em 1992 fundou a entidade do movimento de mulheres negras Criola, que ocupa atualmente a função de secretária executiva da Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras. Assistente social, foi vice-presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, no Rio de Janeiro, entre 1996 e 1997.

para a gente ler. Então ela acabou nos mostrando que esses caminhos eram assim. Ela não falava tão facilmente, como hoje eu digo que uma pessoa pode discriminar a outra, mas ela muitas vezes mostrava como é que isso tinha a ver com a nossa origem, com a nossa condição, e o que isso representava na nossa vida. E por isso ela exigia da gente então uma reação a isso, uma postura na escola, uma postura na vida, um cuidado pessoal... Exatamente para contrapor a essa ação negativa que a gente poderia viver. (Entrevista gravada em 5/12/2003)

Na trajetória de Amauri Mendes, a avó desempenhou igualmente um papel importante ao avisar o menino da certeza da discriminação e, ao mesmo tempo, firmar-se como ponto de apoio e de proteção.⁸

Ela tinha uma consciência racial aguda, aguda! Ela dizia isso: “Meu filho, mesmo você sendo mais clarinho, um dia você vai saber o que é isso.” Ela falava sempre. E aí aconteceu. Na quarta série, o último ano do primário, era assim: todo aluno da última série que se destacasse... De cada série, cada aluno que se destacava ia compor a guarda de honra da bandeira, e o aluno mais adiantado da última série seguraria a bandeira. Era o porta-bandeira. Tinha o porta-bandeira, do quarto ano, e os guarda-bandeira, um de cada série. (...) Era uma forma de prestigiar os melhores alunos. Então eu batalhei nos dois primeiros meses, março e abril, para ter a nota, porque em maio sempre tinha a coisa da abolição. Tinha a solenidade, alguém lia Castro Alves... Eu queria fazer uma homenagem para minha avó, ela foi escrava. Eu queria que minha avó fosse ver. E aí tirei a melhor nota em abril. A melhor nota da escola! Pensei: “Vou segurar a bandeira!” Na véspera do evento a diretora me chama, dona Carmem Pólvoas, ela me chama com minha professora... Essas coisas de criança, *depois foi fazer sentido para mim*, e aí certamente tem alguma

⁸ Amauri Mendes foi fundador da Sinba e participou da direção do IPCN em dois momentos, no início da década de 1980 e em meados da década de 1990, quando foi eleito presidente da entidade. Foi fundador do Movimento Negro Unificado, em 1978, e eleito orador oficial representando o movimento negro no comício da campanha Diretas Já na Candelária, Rio de Janeiro, em 1984. Atualmente é pesquisador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro.

invenção de minha parte. Mas onde tem fumaça tem fogo. Alguma coisa houve, que eu saí correndo de lá da escola, subi o morro correndo desesperado, dizendo: “Vovó, vovó, aconteceu!” Porque a diretora me disse alguma coisa assim: “O Roberto vai segurar a bandeira.” O Roberto era o outro menino, a gente disputava na mesma turma... (...)

Pergunta – O Roberto era branco?

Resposta – O Roberto era branco. O Roberto ia segurar porque vinha uma autoridade. Ela disse: “Você entende, não é, meu filho?” Eu lembro ela dizendo assim para mim.

Percebe-se que, nas experiências de identidade negra e reconhecimento de nossos entrevistados, a questão racial, na maioria das vezes, não é claramente nomeada. No caso da diretora da escola de Amauri Mendes isso fica evidente: ela não diz que ele não vai segurar a bandeira por causa de sua cor. Ela espera que o menino entenda algo que não é dito. Do lado da família ou de alguns dos que chamamos de “auxiliares”, também havia uma dificuldade de falar: as mães, avós ou freiras, por exemplo, não falavam “tão facilmente como hoje” – no dizer de Lúcia Xavier. Trata-se portanto de uma identidade que tem de ser construída muitas vezes com dados pouco claros, que só vão fazer sentido *a posteriori*.

E mesmo assim, o sentido construído não deve ser visto como fixo e único. As identidades, todos sabemos, são mutantes e dependem do contexto, de como somos vistos e de como vemos os outros. No processo de construção da identidade racial, algumas entrevistas nos revelaram como, para os militantes que ingressavam no movimento negro, era importante reconhecer outros negros como aliados em potencial. Amauri Mendes relata como, no *campus* da UFRJ, nos anos 1970, foi se criando uma identidade coletiva no grupo de estudantes negros:

Na universidade eu também vi o racismo, era coisa séria, porque a gente era um grupo, o Yedo, o Denival, o Carlos Magno, o Getúlio... A gente era um grupo e tinha uma coisa interessante, um dia despertamos para isso: no Fundão, tinha o bandeirão, uma mesa redonda, e nós tínhamos o nosso grupo. Só que o nosso grupo – éramos sete, oito ou dez – e as bandejas eram grandes, só cabiam no máximo quatro, cinco em cima de

uma mesa. Então o que a gente fazia? Botava a bandeja no colo. A gente não se separava. Aos poucos a gente foi percebendo, até que alguém viu uma vez e disse: “Por que vocês estão assim?” “Porque nós estamos na nossa mesa.” Mas mesa de quem? Era a mesa dos negros. Em todas as outras mesas só tinham brancos. Interessante essa questão da identificação... A gente não se dizia “os negros”, e ninguém dizia para nós que nós éramos os negros e por isso estávamos separados, não era assim. Era realmente algo que foi sendo assim... Identificação. (Entrevista gravada em 31/10/2003)

Nesse processo de identificação, quem inicialmente não era percebido como negro, passou a ser identificado como tal. Carlos Alberto Medeiros, que estudou na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena, nos anos 1960, comenta, a respeito do número de negros na Escola da Aeronáutica:

Minha turma devia ter... Eram uns 200, devia ter uns 20. Curiosamente, *a minha percepção também mudou*. A turma se encontra, então hoje eu vejo mais negros do que eu via, também teve isso. Talvez hoje eu veja mais do que eu via. Talvez hoje eu veja uns 30. (Entrevista gravada em 15/4/2004; grifo nosso)

Assim como podemos falar de uma mudança de percepção da identidade ao longo do tempo, está claro que a identidade também é condicionada pelas circunstâncias. É também de Carlos Alberto Medeiros a observação a seguir:

Eu lá [nos EUA], os caras acham que eu sou americano. Aliás, esse negócio da identidade é interessante. Em São Paulo meu primeiro apelido foi Baiano. O que significa baiano em São Paulo? É meio como o paraíba no Rio. Baiano é o nordestino. O apelido do Lula é Baiano. E o Lula não tem nada parecido comigo. (...) Aí eu vou para a Bahia, já nos anos 1980, a primeira vez. Estou no ponto do ônibus, chega um casal de idosos, puxaram um papo comigo e, daqui a pouco: “Espera aí. Você não é baiano? Nós jurávamos que você era baiano.” Então eu percebi que eu

podia ser baiano também pela visão baiana, que era diferente da de São Paulo. Com certeza não era a visão pejorativa. Aí eu vou para o Senegal. No Senegal me disseram que eu parecia um egípcio. Outra categoria. Vou para os Estados Unidos. Nos Estados Unidos eu sou um afro-americano. (...) Mas eu também descobri que podia ser etíope, porque etíopes já vieram para mim lá e disseram: “Are you ethiopian? Você é etíope?” (...) E na África do Sul eu descobri que eu podia ser indiano também, porque indianos disseram que eu podia ser indiano, e em Londres disseram a mesma coisa.

Bom, aí me puxa para o que eu chamei de “arbitrariedade do signo racial”. Então, você não é o que você é. Não é pela sua aparência, nem pela sua origem. Mas como a sua origem e a sua aparência são lidas pelas pessoas daquelas sociedades, em função da história daquela sociedade. Categorias raciais são historicamente construídas, e os critérios para a construção variam de uma sociedade para outra. Isso é uma formulação teórica mais sofisticada para um negócio que eu vivi e tenho vivido. (Idem)

Entre os entrevistados do projeto “História do movimento negro no Brasil”, que certamente têm formulações teóricas sofisticadas para a questão da identidade e do reconhecimento, a questão da sua própria percepção como negro passa por momentos diferenciados, dependendo do contexto, da idade, do pertencimento ou não a um grupo, da forma de ver os outros e de ser visto também. Neste trabalho, destacamos algumas dessas questões, à luz de trechos significativos extraídos de algumas das entrevistas realizadas. Como o material ainda está sendo levantado e produzido, não foi possível trabalhar com as entrevistas que até o momento não foram passadas para a forma escrita. A vantagem do trabalho com a metodologia de história oral é a riqueza de possibilidades de análise. No caso do presente projeto, uma vez processadas, as fontes orais ficarão disponíveis para consulta de pesquisadores, alargando, portanto, significativamente os usos do material produzido.